

O COLAPSO ARGENTINO: CAUSAS E PERSPECTIVAS

Andrés Malamud

NO MUNDO HÁ QUATRO TIPOS DE PAÍSES: OS DESENVOLVIDOS, OS SUBDESENVOLVIDOS, O JAPÃO E A ARGENTINA. O JAPÃO, SEM TERRITÓRIO NEM RECURSOS NATURAIS, TRANSFORMOU-SE NUMA POTÊNCIA ECONÓMICA; A ARGENTINA, COM TODAS AS RIQUEZAS CONCEBÍVEIS, CONSTITUI UM FRACASSO INEXPLICÁVEL.

Atribu do a Paul Samuelson. Pr mio Nobel da Economia. 1970

INTRODUÇÃO

Em Dezembro de 2001, a Argentina entrou em colapso. A combinação de dificuldades económicas e incompetência política resultou na maior suspensão de pagamento da dívida e na mais profunda depressão económica da história mundial em tempo de paz. O PIB, que em 1998 alcançava os 290 mil milhões de dólares, em 2002 viu-se reduzido a quase metade: 154 mil milhões de dólares (WDI 1999, 2003). Em 2003 metade da população vivia abaixo do nível de pobreza (no início de 1970 a taxa era inferior a 10 por cento) e o desemprego ultrapassava os 20 por cento. A destruição de riqueza, o desinvestimento e a expulsão da população qualificada fazem prever que os indicadores sócio-económicos da Argentina já não convirjam com os países desenvolvidos, mas sim com os países latino-americanos. Qual foi a causa de semelhante hecatombe? Não existe acordo a este respeito (Buchanan 2004; Valle-Flór 2004); enquanto que, para alguns, a razão da crise se deve procurar em elementos conjunturais, como a sobrevalorização cambial, a corrupção ou os erros do Fundo Monetário Internacional (Mussa 2002; Stiglitz 2002), para outros reside em factores estruturais como a insolvência crónica do Estado e a debilidade das instituições que regulam a actividade pública (Manzetti 2003; Waisman 2003). Em última análise, a crise pode ser interpretada como o resultado do neoliberalismo dos anos 90 (Borón 2003), ou como a manifestação aguda de um ciclo histórico muito mais amplo (Gerchunoff e Llach 2003).

Este artigo analisa as mudanças e continuidades na política argentina a partir da perspectiva da segunda hipótese interpretativa. O argumento central é que a ingovernabilidade crónica¹ alimenta-se da reiteração de diagnósticos erróneos e da incapacidade em chegar a um consenso básico por parte dos principais actores políticos desde, pelo menos, 1930. Em consequência, as políticas orientadas para a consolidação das instituições, o desenvolvimento da economia e a distribuição da riqueza encontraram limites inesperados que as impediram de concretizar os seus objectivos, levando os vários

governos ao fracasso e a Argentina à bancarrota. As perspectivas futuras dependem da realização, por parte da direcção interna do país, de um diagnóstico correcto da situação nacional, a partir do qual se desenhe uma estratégia complementar de crescimento e inserção internacional sustentável.

A ARGENTINA ENTRE A CONTINUIDADE E A MUDANÇA

Em 1983 a transição democrática gerou a expectativa de que meio século de instabilidade institucional poderia, finalmente, ser superado. A primeira derrota eleitoral do Partido Justicialista (PJ)² em eleições livres deu lugar à constituição embrionária de um sistema de partidos, no qual cada actor relevante aceitava a vitória do outro sem impugnar a legitimidade do regime. A Unión Cívica Radical (UCR)³ chegou assim à presidência da nação

O PERÍODO QUE DECORREU ENTRE 1983, COM A REINSTITAÇÃO DA DEMOCRACIA, E 2001, COM O COLAPSO FISCAL DO ESTADO E A ROTAÇÃO DE CINCO PRESIDENTES EM MENOS DE DUAS SEMANAS, APRESENTA MUDANÇAS E CONTINUIDADES EM RELAÇÃO AO PERÍODO HISTÓRICO PRECEDENTE.

por meio do seu líder máximo, Raúl Alfonsín. Em 1989 o PJ recuperou a presidência, dando lugar à primeira alternância constitucional de governo desde 1916 facto que permitiria supor que a democracia estava efectivamente consolidada. A prova decisiva da sua força chegaria a 3 de Dezembro de 1990, quando um levantamento militar foi eficazmente reprimido pelo governo

constitucional, assegurando a subordinação militar ao poder civil.

O período que decorreu entre 1983, com a reinstauração da democracia, e 2001, com o colapso fiscal do Estado e a rotação de cinco presidentes em menos de duas semanas, apresenta mudanças e continuidades em relação ao período histórico precedente. A maior alteração é política, e é positiva: manifesta-se com a estabilidade institucional, que se manteve incólume apesar da sucessão de rebeliões militares e desastres económicos. A principal continuidade é económica, e é negativa: radica-se na decadência de um modelo de acumulação que falhou na modernização da estrutura produtiva de modo sustentável. Não obstante as transformações ocorridas durante a década de 1990, a declaração do calote estatal em Dezembro de 2001 pôs a descoberto a fragilidade estrutural da economia argentina – e, ao mesmo tempo, a força da ordem constitucional.

A seguir passa-se em revista, primeiro, a novidade da continuidade democrática e, depois, a permanência da decadência económica.

A PERSISTÊNCIA DEMOCRÁTICA COMO MUDANÇA

As transições para a democracia que tiveram lugar na América do Sul durante a década de 1980 desenrolaram-se num ambiente de marcado optimismo. As preocupações principais dos protagonistas e observadores concentraram-se, num primeiro momento, na consolidação das instituições do novo regime. A percepção das ameaças à democracia continuava centrada nas forças armadas e em certos sectores do capital, pelo que se con-

siderava que os pactos políticos entre as forças civis eram o antídoto mais eficaz contra um regresso autoritário (O'Donnell, Schmitter e Whitehead 1989). Desses pactos deveriam surgir novas instituições que, mais flexíveis e modernas que no passado, dotariam os governos com as ferramentas apropriadas para enfrentar novos desafios (Linz 1994). Apenas alguns analistas perceberam então que a transição em curso era dupla, ao mesmo tempo política e económica (Portantiero 1987). As dificuldades, como ficaria claro mais tarde, superaram a capacidade dos novos governantes em lhes fazer frente. Na Argentina, isto tornou-se óbvio quando Raúl Alfonsín teve de renunciar antecipadamente à presidência em meados de 1989, salvando a continuidade constitucional mas demonstrando a debilidade do novo governo para ultrapassar a crise económica.

A ilusão de que a democracia resolveria todos os problemas encarnara numa frase que Alfonsín utilizou frequentemente durante a campanha eleitoral: «com a democracia come-se, com a democracia educa-se, com a democracia cura-se». A associação com o bem-estar, a educação e a saúde partia de uma concepção de democracia como forma de vida, mais do que como regime político. Ao contrário do autoritarismo que se deixava para trás, a democracia implicava um compromisso vital com uma cultura pluralista e tolerante. A concepção dominante não lhe exigia que apresentasse resultados especiais: estes deveriam chegar naturalmente. O simplismo que enformava semelhante discurso demonstrou ser incapaz de adaptar-se aos obstáculos colocados pela crise do modelo económico que ficaria então visível. Duas vagas hiperinflacionárias, em 1989 e 1990, marcaram os limites de uma estratégia de governo que subestimava o impacto da economia sobre as expectativas sociais e limitaram fortemente as margens de acção política.

Os dez anos transcorridos entre 1989 e 1999, assinalados pelo regresso do peronismo ao poder e à sua reinterpretação neoliberal às mãos do Presidente Carlos Menem, foram a outra face do governo de Alfonsín. Pragmático e populista, Menem abandonou as prioridades governamentais relativamente às reformas institucionais (excepto a que permitiria a sua reeleição) e colocou no topo da agenda a questão económica e a reforma do Estado. Em consonância com o clima da época, predominante nos anos 90, a sua administração levou a cabo uma ampla reestruturação que instrumentalizou, de forma *sui generis*, vários pontos do Consenso de Washington: a liberalização, a abertura, a privatização e a desregulação. Em poucos anos o Estado abandonou a gestão de importantes sectores económicos como a energia e os serviços públicos, cuja exploração foi entregue, na sua maioria, a empresas europeias. Simultaneamente, o governo federal restituiu às províncias a administração de numerosos serviços, entre eles o ensino secundário, transferindo recursos entre níveis do sector público, numa manobra que não reduziu o défice fiscal global (que inclui o défice federal mais o total dos provinciais) mas que contribuiu para o dissimular.

As limitações das reformas implementadas por Menem começaram a manifestar-se em 1995, quando uma série de choques externos atingiu duramente os mercados emergen-

tes. A recessão ocorrida na Argentina pôs fim a quinze anos de elevado crescimento, deixando à vista as linhas mais polémicas da gestão peronista que o êxito económico tinha até então dissimulado. A corrupção e a frivolidade atribuídas a Menem e aos seus funcionários passaram então de características pitorescas a defeitos intoleráveis. A consequência foi a vitória presidencial da

EM MENOS DE VINTE ANOS, AS EXPECTATIVAS
OPTIMISTAS DEPOSITADAS NA DEMOCRACIA
TINHAM-SE ESFUMADO.

opositora Alianza, em 1999. A Alianza era uma frente eleitoral composta pela Unión Cívica Radical e pelo Frepaso⁴, que punha a tónica na ética pública mas que não avan-

çava propostas concretas de mudança económica. Dois anos depois, tendo já delapidado o seu capital moral devido a uma série de escândalos e lutas internas e sem ter conseguido reactivar a economia, o Presidente Fernando de la Rúa era obrigado a abandonar prematuramente o governo, perante o aprofundamento do conflito social, repetindo o fracasso radical do decénio anterior.

Em menos de vinte anos, as expectativas optimistas depositadas na democracia tinham-se esfumado. O desempenho de três presidentes eleitos conduziu a um quadro de empobrecimento e desemprego sem paralelo na história argentina. O regime político manteve-se em funcionamento e o apoio popular à democracia não se reduziu de forma significativa (Lagos 2002). Pela primeira vez em setenta anos, o mau desempenho dos governos não arrastava consigo o regime.

O respeito pelos mecanismos constitucionais de sucessão presidencial não pode ocultar o facto de que num sistema presidencial definido pelo mandato fixo e independente do chefe de governo, a sucessão de mudanças presidenciais antecipadas dá lugar a uma combinação anómala. Esta anomalia, que num sistema parlamentar poderia ser tolerável, junta a estabilidade democrática à instabilidade governamental. Semelhante combinação é uma novidade e, apesar de tudo, um progresso na política argentina. Pelo contrário, o desempenho económico dos governos democráticos manteve-se dentro dos tradicionais cânones desde 1930: um fracasso.

A DECADÊNCIA ECONÓMICA COMO CONTINUIDADE

Historicamente, a Argentina tem sido um país que não encaixa no seu contexto. Num continente racialmente misto, religiosamente sincrético, educacionalmente pobre e economicamente subdesenvolvido, não era difícil destacar-se. Durante século e meio o perfil argentino foi mais europeu que latino-americano. De fisionomia branca, altos níveis de alfabetização, desenvolvimento económico médio-alto e padrões culturais ocidentais, os seus modelos de referência sempre foram Paris e Londres, não o Rio de Janeiro ou o México. A sociedade argentina era integradora e de classe média, ao contrário das que a circundavam, mais pobres e exclusivas.

A excepcionalidade argentina baseou-se numa estrutura económica que manifestou duas etapas claras. Entre a organização nacional de 1880 e o primeiro golpe de Estado

em 1930, a produção nacional centrou-se no campo e orientou-se para o mercado mundial. Foi o chamado modelo *agro-exportador*, que se esgotou com a crise mundial dos anos 30. A partir de 1940 os projectos nacionalistas estimularam uma produção baseada na indústria e orientada para o mercado interno. Ficou conhecido como o modelo de industrialização por substituição de importações, apoiado nessa época pela Comissão Económica para a América Latina (CEPAL) das Nações Unidas.

Este segundo modelo nasceu limitado, num mundo em reconstrução acelerada depois da guerra, e também ele se esgotou muito antes de alcançar os seus objectivos autárquicos e desenvolvimentistas. A partir de 1970 a Argentina encontrou-se paralisada e sem rumo claro de desenvolvimento, sem definir o que produzir e a quem o vender.

À ausência de um modelo de acumulação juntou-se uma prática perversa: a de gastar mais do que o que se produz. Assim, a partir de 1946, os sucessivos governos financiaram permanentes défices públicos mediante quatro mecanismos centrais: a apropriação dos fundos públicos de pensão, a inflação, a liquidação dos activos estatais (privatizações) e o endividamento extremo.

O ano de 1991 constitui um ponto de inflexão, na medida em que a matriz estado-cêntrica (Cavarozzi 1996) assente em recursos inflacionários e previsionais deu lugar a uma política neoliberal, que eliminava a inflação para passar a financiar-se através das privatizações e de um maior endividamento público. No entanto, e pese embora as mudanças nas fontes de financiamento estatal, a constante continuou a ser o défice fiscal e a baixa eficácia da administração pública.

Por fim, o dinheiro acabou. Em Dezembro de 2001 o Estado argentino viu encerrada a sua última fonte de recursos, os empréstimos estrangeiros, e teve de declarar a cessação do pagamento da sua dívida. Os argentinos descobriram assim que o seu nível de vida tinha estado demasiado tempo acima das suas possibilidades reais, e agora tinham de pagar as contas pelo que fora gasto a crédito. Noutros termos, a bancarrota significava um ajuste. E não é fácil transformar-se em pobre quando se foi rico a vida toda – ou, melhor dito, tendo acreditado que se era rico. Em 1920 o PIB *per capita* argentino equivalia a mais de 80 por cento do dos Estados Unidos. Em 2000, antes do colapso, não chegava aos 40 por cento (Cortesi 2002; Prados de la Escosura 2000). Em 2004 estava à volta dos 10 por cento. Semelhante queda da capacidade económica de uma sociedade não pode senão ter um forte impacto nas expectativas sociais, com consequências negativas sobre a legitimidade da ordem política que se responsabiliza pela situação.

Dois meses antes do colapso, nas eleições de Outubro de 2001, os cidadãos tinham enviado uma mensagem que nem o Governo nem a oposição souberam traduzir em decisões públicas. Pela primeira vez foi manifesto, nessas eleições, um desagrado generalizado contra os dirigentes políticos, expresso através de um aumento maciço do voto nulo. O voto em branco e a abstenção eleitoral também cresceram (ainda que o voto seja legalmente obrigatório) mas não alcançaram a magnitude do voto nulo. Em 2002, o repúdio cívico pela política e seus representantes alcançou níveis extremamente altos,

incluindo ataques pessoais e contra a propriedade de conhecidas personalidades públicas. Os poucos dirigentes políticos mais bem considerados pelos cidadãos não superavam sequer os 40 por cento de imagem positiva, num marco de fragmentação partidária inédito. Nos finais de 2003, pelo contrário, as expectativas da população tinham sido radicalmente invertidas: a ascensão do justicialista Néstor Kirchner à presidência gerou uma onda de optimismo tal que impulsionou a reeleição dos detentores dos cargos oficiais em vinte das vinte e quatro províncias, independentemente da sua filiação partidária, fosse ela radical ou justicialista⁵.

A NATUREZA DA CRISE

A crise que a Argentina enfrentou no início do século XXI foi simultaneamente política e económica. Poucos antecedentes históricos se revestem de semelhante complexidade. A crise política poderia assemelhar-se à dos últimos anos da IV República francesa, quando as instituições políticas esgotaram a sua legitimidade pré-anunciando uma mudança de regime. A crise económica assemelhar-se-ia, pela sua gravidade, à Grande Depressão americana dos anos 30 – ainda que as causas fossem diferentes. A diferença reside no facto de tanto a França como os Estados Unidos terem enfrentado uma só crise, política ou económica, de cada vez. A situação argentina deve ser entendida como uma crise múltipla, produto da convergência e potenciação de vários factores. O colapso de Dezembro de 2001, que implicou uma monumental implosão social, política e económica, não foi a expressão de problemas transitórios mas a mais acabada manifestação de um fim de ciclo.

Segundo ficou expresso em várias sondagens, os cidadãos argentinos consideram a corrupção e a incompetência da classe dirigente interna como os principais responsáveis pela situação. A maioria dos dirigentes prefere, por seu lado, atirar as culpas para outros factores, como a Lei da Convertibilidade (que estabelecia a paridade entre o peso e o dólar), o neoliberalismo e os organismos financeiros internacionais, especialmente o FMI. Durante vários meses o respeito público pelas instituições e líderes políticos reduziu-se muito e o capital social do país pareceu dissolver-se. Os níveis de reputação e confiança nos dirigentes alcançaram mínimos históricos e ao fenómeno do voto nulo somaram-se as manifestações públicas, denominadas *cacerazos*, maioritariamente compostas pelas classes médias, e os piquetes, integrados pelas classes mais baixas. O pedido que mais se ouviu durante 2002 foi «desapareçam todos», numa referência aos dirigentes de todos os partidos e sectores responsabilizados pela situação. Mas não obstante o colapso e os protestos, não se consolidaram alternativas partidárias nem lideranças renovadas que encarnassem uma possibilidade de mudança. A surpreendente aparição de Kirchner, que obtendo uns magros 22 por cento dos votos na primeira volta chegou à presidência devido à desistência de Menem em concorrer à segunda volta, simbolizou a desejada mudança. Sem dúvida que a euforia que se seguiu à sua ascensão não pode dissimular que três elementos permaneceram imutáveis: a

sobrevivência dos políticos tradicionais (para além da mudança presidencial), a magnitude da crise (medida pelos índices de pobreza e desemprego) e os factores estruturais que a provocaram.

É precisamente a questão dos factores estruturais que orienta a bibliografia que, nos últimos anos, tentou dar uma explicação para a repetição cíclica dos problemas argentinos. Neste sentido, Waisman (2003) sublinha os factores institucionais que estão na base do *default* argentino. Já antes do colapso, Spiller e Tommasi (2000) tinham apresentado uma agenda de pontos críticos e uma agenda de reformas institucionais baseada num diagnóstico semelhante. Segundo este ponto de vista, o inconveniente central do sistema político argentino reside no facto de a sua estrutura de incentivos «ter propiciado a criação de políticas erráticas, e na dificuldade em gerar acordos intertemporais que sustentem a criação de políticas eficazes de longo prazo» (Spiller e Tommasi 2000: 456). Portanto, a solução consiste em modificar as instituições de governo, em especial o Congresso e a estrutura do federalismo fiscal, mas também a burocracia, a presidência e o poder judicial, de modo a criar benefícios aos actores que orientem as suas decisões considerando prazos médios e longos.

Os pontos de vista que interpretam a crise à luz da nova economia institucional não são exclusivos da Argentina, embora a sua aplicação se esteja a estender rapidamente a toda a América Latina. Assim, numa revisão comparada de sete obras acerca de reformas no subcontinente, que avaliam o impacto diferencial das falhas do mercado e das falhas do Estado, Starr (2002) conclui que o fracasso das reformas económicas dos anos 90 tem causas políticas e institucionais. Deste modo, políticas regulatórias e de competência eficazes só serão correctamente implementadas quando se tiver alargado o horizonte temporal dos decisores políticos a partir de uma reforma das instituições políticas.

Alguns analistas destacam que uma reforma política que se centre apenas nas instituições de representação – ou seja, na estrutura de tomada de decisões – ficaria incompleta. No seu entender, o problema radica não só na formulação de políticas como na sua implementação e impacto (Acuña 2000). Por essa razão, a reforma do Estado é um complemento indispensável de qualquer estratégia reformista. De algum modo, a recuperação deste nível de análise reflecte a inquietude que O'Donnell (1993) manifestara desde meados da década passada, no sentido que um enfoque limitado ao regime político não capta as deficiências produzidas no sistema pelo mau funcionamento do Estado.

OS PONTOS DE VISTA QUE INTERPRETAM A CRISE
À LUZ DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL
NÃO SÃO EXCLUSIVOS DA ARGENTINA,
EMBORA A SUA APLICAÇÃO SE ESTEJA A ESTENDER
RAPIDAMENTE A TODA A AMÉRICA LATINA.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Em finais de 2004 a situação na Argentina estabilizara. O PJ estava novamente no poder na pessoa do Presidente Néstor Kirchner e os augúrios de hiperinflação e guerra civil tinham-se revelado infundados. Com a economia crescendo a taxas superiores aos seis

por cento anuais e a crise política resolvida mediante uma renovação (a do presidente) e dezenas de reeleições (as de quase todos os governadores)⁴, as marcas do colapso continuam presentes nos indicadores sócio-económicos mas não na percepção maioritária da sociedade. Os altos funcionários continuam a expressar a intenção de que a Argentina exerça uma liderança regional, e as sondagens demonstram que os argentinos mantêm uma visão otimista acerca do futuro do país. Mas a sociedade está muito mais pobre do que antes e os defeitos do funcionamento institucional não se resolveram. A percepção e a realidade continuam dissociadas, pese embora a experiência recente. Que se poderá esperar nos anos vindouros?

A ameaça que a Argentina hoje enfrenta não é a queda da democracia, como há duas décadas, mas o colapso do Estado. Se o regime político é o conjunto de regras que estabelece quem toma as decisões e de que forma, o aparelho de Estado é o que permite a implementação de tais decisões. No início do novo século, a crise fiscal e a dificuldade em garantir a ordem pública são a chave que expressa o fracasso e a decadência em toda a América Latina. Qualquer decisão que se tome, progressista ou conservadora, é inútil sem implementação. A reconstrução do aparelho de Estado, que implica um funcionalismo público estável, competente e independente de vaivéns partidários, é a condição *sine qua non* para o desenvolvimento económico e a coesão social. E isso exige uma capacidade de cobrança de receitas fiscais que muitos estados da região, com algumas exceções, ainda não conseguiram desenvolver. Se os sistemas representativos modernos surgiram a partir da questão «no taxation without representation» será concebível a manutenção de sistemas representativos onde a ilegitimidade do Estado leva a população a actuar como se o lema fosse, simplesmente, «no taxation»? Construir estados é um processo lento; destruí-los leva menos tempo.

Tão-pouco se vislumbra quem poderão ser os actores com os incentivos suficientes para encarar as necessárias transformações estruturais. Max Weber teria respondido que são os dirigentes carismáticos, os que promovem a mudança institucional; a experiência argentina previne contra esta resposta e acrescenta uma estratégia menos arriscada, mas mais complexa, de cooperação colectiva. A reconstrução de um país que reduza a pobreza em vez de a multiplicar requer três elementos fundamentais: instituições políticas que assegurem transparência e horizontes de longo prazo, um Estado que goze de autonomia sectorial e eficácia operativa e um mercado que garanta ao mesmo tempo regulamentação e competência. Os prognósticos para a Argentina não são optimistas. O sonho europeu parece cada vez mais distante; a pertença à América Latina cada vez mais real.

TRADUÇÃO: MARTA AMARAL

NOTAS

- 1 Entre 1946 e 2004, vinte e dois presidentes governaram a Argentina – sem contar vários interinatos breves. Desses, apenas três completaram o período pré-estabelecido para o seu mandato.
- 2 O PJ, ou peronismo, é um partido de massas criado na década de 1940. Historicamente tem contido no seu interior todo o espectro ideológico, com organizações que iam desde a extrema-direita à extrema-esquerda.
- 3 A UCR, ou radicais, constitui um típico partido liberal de massas criado no final do século XIX.
- 4 O Frepaso era uma frente político-eleitoral constituída à volta do partido Frente Grande que, liderado por Carlos 'Chacho', Álvarez e Graciela Fernández Meijide, se tinha transformado no principal crítico da administração de Menem.
- 5 A resiliência do bipartidismo, apesar dos reiterados fracassos de ambos os protagonistas, é mais uma das ironias políticas argentinas [Malamud 2003].
- 6 Em vinte províncias num total de vinte e quatro, o partido do governo foi reeleito.

BIBLIOGRAFIA

- ACUÑA, Carlos. 2000. «Problemas político-institucionales que obstaculizan mejores políticas públicas en la Argentina de hoy», in *Annual Conference: Argentina 2000: Politics, Economy, Society and International Relations*, Saint Antony's College, University of Oxford, 15-17 de Maio.
- BORÓN, Atilio. 2003. «Lula y el espejo argentino», in *Revista del Sur*, n.º 143-144, Setembro-Outubro.
- BUCHANAN, Paul G. 2004. «Hegemonic Stalemate and Organic Crisis: The Permanent Tragedy of Argentine Politics», in *Manuscrito en Edición*.
- CAVAROZZI, Marcelo. 1996. *El Capitalismo Político Tardío y su Crisis en América Latina*, Rosario, Homo Sapiens Ediciones.
- CORTESI, Osvaldo. 2002. «Un siglo perdido: una lectura de la historia económica argentina», manuscrito inédito.
- GERCHUNOFF, Pablo e Lucas Llach. 2003. *El Ciclo de la Ilusión y el Desencanto: Un Siglo de Políticas Económicas Argentinas*, Buenos Aires, Ariel.
- LAGOS, Marta. 2002. «Latinobarómetro 1996-2002. Datos preliminares 2002», in *Taller: Primer Congreso Latinoamericano de Ciencia Política*, Universidad de Salamanca.
- LINZ, Juan J. 1994. «Presidential or Parliamentary Democracy: Does It Make a Difference?», in Linz, Juan J. e Valenzuela, Arturo, *The Failure of Presidential Democracy*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- MALAMUD, Andrés. 2003. «A persistência de uma excepcionalidade histórica: Eleições e peronismo na Argentina», in *Finisterra. Revista de reflexão e crítica*, n.º 46, Verão, Lisboa, 63-70.
- MANZETTI, Luigi. 2003. «Political Manipulations and Market Reforms Failures», in *World Politics*, 55 (3), pp. 315-360.
- MUSSA, Michael. 2002. *Argentina and the Fund: from triumph to tragedy*, Washington, DC, Institute for International Economics.
- O'DONNELL, Guillermo, Philippe Schmitter e Laurence Whitehead. 1989. *Transiciones desde un Gobierno Autoritario*, Paidós, Buenos Aires (4 volumes).
- O'DONNELL, Guillermo. 1993. «Acerca del estado, la democratización y algunos problemas conceptuales. Una perspectiva latinoamericana con referencias a países poscomunistas», in *Desarrollo Económico*, 33 (130).
- PORTANTIERO, Juan Carlos. 1987. «La transición entre la confrontación y el acuerdo», Nun, José e Portantiero, Juan Carlos (ed.): *Ensayos sobre la Transición Democrática en la Argentina*, Buenos Aires, Puntosur.
- PRADOS DE LA ESCOSURA. 2000. «International Comparisons of Real Product, 1820-1990», in *Explorations in Economic History*, 37: 1-41.
- SPILLER, Pablo T. e Mariano Tommasi. 2000. «El funcionamiento de las instituciones políticas y las políticas públicas en la Argentina: una aproximación desde la nueva economía institucional», in *Desarrollo Económico*, 40 (159).
- STARR, Pamela K. 2002. «Perfecting Reform in Latin America: What Role for the State?», in *Latin America Research Review*, 37 (2).
- STIGLITZ, Joseph E. 2002. *Globalization and its discontents*, New York, W.W. Norton.
- VALLE-FLÔR, Maria Amélia Monteiro de Sacadura Garcia. 2004. *A Crise Argentina, Cooperação e Conflito nas Reformas Econômicas: O Governo perante o FMI*, Tese de Mestrado inédita, ISEG – Universidade Técnica de Lisboa.
- WAIMAN, Carlos H. 2003. «El default argentino: sus causas institucionales», in *Política y gobierno*, 10 (1).
- WDI – World Bank. 1999, 2003. *World Development Indicators*.